



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 29/09/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 17ª audiência pública virtual desta Comissão, do ano de 2021.

Esta audiência tem como tema as metas fiscais do 2º quadrimestre de 2021, com o objetivo de cumprir o disposto no artigo 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela TV Câmara São Paulo, no canal digital 8.3, e também pelo Youtube, pelo Facebook e pelo Twitter da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para esta audiência está sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 14 de setembro de 2021, e foi publicado no jornal *Agora*, no dia 15 de setembro de 2021, e *Folha de S.Paulo*, no dia 28 de setembro de 2021. As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 15 de setembro, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual, e permanecerão abertas até o final da fala do Secretário Municipal da Fazenda e também do nosso representante do Tribunal de Contas do Município, Sr. Secretário Guilherme Bueno de Camargo, que está acompanhado da Sra. Claudia Bice Romano, Assessora Econômica, e dos Srs. Fabiano Martins de Oliveira, Subsecretário de Planejamento e Orçamento Municipal, e Henrique de Castilho Pinto, Subsecretário de Tesouro Municipal; o Presidente do Tribunal de Contas do Município, Sr. João Antonio da Silva Filho, que será representado pelo Sr. Marcos Thulyo Tavares, Agente de Fiscalização da Subsecretaria de Fiscalização e Controle; os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, e a sociedade em geral.

Bom dia, Secretário. Começamos sempre pelo Secretário aqui, Thulyo, pela Secretaria.

Secretário, me ouve? (Pausa)

- Falha no microfone.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Estão me ouvindo agora?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem, por sinal. Secretário, seja bem-vindo, mais uma vez.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Presidente, muito bom dia. Desculpe-me pela falha técnica. Cumprimento V.Exa. É um prazer estar aqui novamente nesta Comissão; quero também cumprimentar os Vereadores da Comissão de Finanças; todos os Vereadores presentes; o Dr. Thulyo, representante do Tribunal de Contas do Município; os nossos intérpretes de libras e todos os demais cidadãos que estão participando desta audiência pública.

Eu estou à disposição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Muito obrigado. Vamos à exposição?

O Secretário trouxe alguns assessores que podem auxiliar, mas o senhor é que conduzirá, Secretário.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Eu vou, então, compartilhar a apresentação. (Pausa)

Os senhores já estão conseguindo ver a apresentação? Eu não vou colocar em formato de apresentação, eu não sei se estão conseguindo ver, porque, geralmente, dá problema aqui, mas vamos tentar. Está funcionando bem? (Pausa)

- Orador passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Bom dia a todos novamente, essa é a apresentação do nosso relatório quadrimestral do segundo quadrimestre terminado em agosto, em cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, vou seguir aqui a mesma lógica de sempre, vamos começar com as receitas. E aqui nas receitas temos uma boa notícia para a cidade de São Paulo, estamos tendo uma recuperação razoável da economia paulistana. Tivemos uma variação nominal das nossas receitas correntes de 11,5%, mas obviamente há

que se ressaltar que temos uma inflação crescente, de modo que essa avaliação nominal tem de ser descontada da inflação, já estamos na previsão do Boletim Focus, na ordem de praticamente 8,5% e aumentando. Então esse efeito também parcialmente é fruto dessa inflação que todos nós estamos sentindo.

Também como ponto de destaque mostro a receita não corrente com uma queda de 61%, e diria que aqui temos três fatores para essa queda tão expressiva. Primeiro, no ano de 2020 recebemos a outorga da concessão da Zona Azul, em 2021, obviamente não tivemos aquela outorga fixa inicial. Todos os recursos de Covid que foram repassados pelo Governo Federal, também em 2020, e uma parcela significativa decorrente da Lei Complementar 173, que também foi depositada nas contas do Tesouro, em 2020, que não tivemos em 2021.

Nas receitas de capital, temos uma flutuação de 14,8%, e essa tomo a liberdade de deixar para daqui a pouco, vamos detalhar melhor nos próximos *slides*.

(NÃO IDENTIFICADO) – Secretário, a apresentação está fixa no primeiro *slide*. Não estamos vendo esses números da receita.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Então vou tirar da apresentação, geralmente dá problema. Acho que aqui vamos conseguir. Agora estão conseguindo enxergar?

(NÃO IDENTIFICADO) – Agora sim.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Então só voltando ao *slide* anterior, esses foram os números que apresentei, com aumento nominal de 11,5% da receita corrente. As receitas não recorrentes com uma redução bastante significativa, mas explicada pelos três fatores que acabei de transmitir. E com relação às receitas de capital, daqui a pouco vou fazer uma explicação um pouco mais detalhada.

Com relação às receitas correntes, temos um crescimento de 20,5% da nossa arrecadação de impostos, taxas e contribuições. Não podemos esquecer que a base de 2020 é uma base mais reduzida, porque tivemos um impacto grande da pandemia, especialmente no segundo quadrimestre, de abril a pelo menos agosto, houve uma queda bastante grande das nossas receitas e obviamente essa comparação acaba sendo impactada.

Com relação às multas, juros e deduções, houve uma redução muito grande das multas de trânsito por duas razões. A primeira, porque as multas de trânsito ficaram represadas durante a pandemia por força de resolução do Governo Federal e, além de tudo, a circulação reduzida na Cidade. Porém, houve um aumento grande com relação ao PPI, não só porque as adesões este ano começaram ainda nesse segundo quadrimestre, que já estamos impactando aqui, como também temos de lembrar mais uma vez que a base deste período, especificamente do ano passado, é uma base reduzida que ainda estávamos sofrendo os efeitos da pandemia, enfim, da queda das atividades.

Na receita patrimonial, esses 56% de redução basicamente são parte do que acabei de falar, das concessões e da concessão da Zona Azul, mas também da venda da folha de pagamentos, em 2020, de quase 1 bilhão. O Banco do Brasil pagou pelo direito de movimentar as contas dos servidores e as contas bancárias da Prefeitura.

Do ponto de vista das receitas de transferências, tivemos um acréscimo que vale a pena ser observado, do ICMS e do IPVA. Com relação ao ICMS, também reforço a recuperação da economia como um todo. E, do ponto de vista das receitas tributárias, o que chama atenção são os primeiros sinais dessa recuperação, com o aumento de 26,5% de ISS. Obviamente, que se desconta a inflação e a base de comparação 2020, que foi comprometida com os efeitos da pandemia, até agosto.

Mas o que teve um aumento brutal foi o ITBI. Isso mostra que a atividade imobiliária está crescendo, está forte na Cidade e voltou com bastante energia depois da pandemia.

Sobre o ICMS, reforçando o que eu havia dito, teve um aumento de 32,5%, considerando base reduzida de 2020 e inflação, ainda sim é um crescimento real bastante importante. E o aumento do IPVA se deu, em boa parte, em razão da retomada, mas também do final de algumas isenções para deficientes que foram delimitadas pelo Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Secretário, eu só não entendi sobre o IPVA, na última tela. Quanto foi o aumento?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Foi 11%, Presidente. Obviamente

que tem a questão da inflação, embora a base do IPVA não tenha subido muito porque o valor dos veículos usados para cálculo, naquela época, não foi tão grande, mas teve um efeito não só da recuperação do mercado de automóveis, mas também pela limitação das isenções que o Estado impôs com relação àqueles veículos PCD, para portadores de deficiência.

Esse é um gráfico das expectativas de crescimento do Banco Central, que tiveram de fato, a partir de abril, um aumento muito forte. Houve uma redução agora e não sabemos se isso vai se manter, mas notamos ao menos uma sinalização forte aqui de recuperação econômica.

Esse gráfico continua reforçando o descolamento entre a economia do Brasil e a economia do Estado de São Paulo, especialmente da Capital. Então, há bastante tempo, temos crescido mais do que o País e, obviamente, a cidade de São Paulo está colhendo essa diferença em relação ao crescimento nacional.

Uma boa notícia: nesse momento, estamos com o aumento, um saldo da geração de emprego acumulado de 175.000 vagas na cidade de São Paulo, segundo fontes do novo Caged. Então, podemos perceber claramente o tombo que foi a pandemia e, a partir do terceiro quadrimestre, já começa a haver sinais de recuperação e terminamos com um saldo líquido, em julho, de 175.000 vagas, o que é excelente para nós, paulistanos.

Esse é um quadro sobre as receitas de capital, com uma queda bastante importante dessas receitas com relação à operação de crédito para asfaltamento de vias da cidade de São Paulo, que consumiu aproximadamente R\$ 320 milhões com operação de crédito, em 2020. Essa é a razão dessa queda brusca das operações de crédito.

Com relação a operações de crédito, basicamente, nós temos também uma operação... a diferença disso é também a operação de crédito que a Prefeitura celebrou com o BID, que é a Operação Avança Saúde, que são os investimentos em saúde que têm sido feitos para a construção de novas unidades, hospitais, enfim. Houve um aporte, em 2020, de 52 milhões. Nós vamos ter outro provavelmente até o final do ano. Mas até agosto nós não tivemos nada. Por isso também essa queda brusca mais uma vez.

E agora entramos nas despesas. Vamos tentar detalhar um pouco mais o que temos para as despesas durante esse segundo quadrimestre.

Com relação às despesas correntes, vemos que há um aumento de 16,7%, que também, obviamente, deve ser também considerado com a inflação desse período. Porém, vemos que as despesas correntes em 2021 tiveram um crescimento maior do que as nossas receitas correntes. Isso, de certa forma, está explicado pela própria demanda de recursos por conta da pandemia, que imaginávamos que em 2021 já teria reduzido, enfim, já estaríamos em fase final; e tivemos aí um início de ano bastante complicado. E certamente boa parte desse aumento vem dessa demanda, especialmente nas áreas de saúde e assistência social. Vamos detalhar um pouquinho.

Com relação às despesas de pessoal e encargos, nós tivemos um aumento de 8,2% dos ativos, mas eles, na verdade, são explicados por precatórios. Esse aumento basicamente é um aumento decorrente da quitação de precatórios.

Aqui também há um indicador importante, que são os *juros e encargos da dívida*, com aumento significativo. E a explicação para isso é que no ano de 2020, a partir de abril, nós deixamos de pagar amortização e os juros da dívida do *contratão*, que chamamos, que é o contrato de renegociação com a União. Então, com a suspensão destes encargos a partir do mês de abril do ano passado, por conta da pandemia, mais uma vez, nós tivemos uma redução grande. Neste ano nós já começamos a pagar novamente, a suspensão terminou, então por isso esse aumento brutal.

Com relação aos investimentos, nós tivemos uma queda de 49,5% em relação ao mesmo período do ano passado, e basicamente isso se deve em boa medida ao novo plano de metas que foi elaborado pela Prefeitura, com a sociedade civil, e que definiu quais são as prioridades que seriam estabelecidas para essa gestão. E com isso acabamos segurando um pouco os investimentos; enfim, basicamente, investimentos já em andamento foram continuados. Mas novos investimentos ficaram aguardando as definições do novo plano de metas.

E aqui um quadro sobre os nossos *restos a pagar*: nós tivemos um valor inscrito, em 31 de dezembro – boa parte também por causa das peculiaridades da pandemia, num valor mais alto do que o normal –, de 5 bilhões e 800 mil. Pagamos já 3 bilhões, 475 milhões. Um bilhão, 266 mil acabaram sendo cancelados. E ainda temos um saldo de 1 bilhão e 75 milhões basicamente em educação e saúde.

Agora entramos na parte final: os resultados do quadrimestre.

Então, nós temos um resultado do período de 8 bi e 800. Ele está, razoavelmente, similar com o do ano passado. Nesse mesmo período estávamos com um resultado muito parecido com esse. Temos que lembrar que as receitas da Prefeitura são mais fortes nos primeiros meses do ano, isso em decorrência do IPVA e do IPTU, e as despesas são muito mais fortes no final do ano. Geralmente, nesse momento, temos, vamos dizer assim, a formação de caixa para darmos conta das despesas do final do ano. As receitas com IPTU se encerram em novembro. Obviamente, IPVA já foi totalmente repassado, e temos 13º e todas as despesas correntes. Geralmente, esse período é que temos esse resultado para fazer face às despesas sazonais e as receitas sazonais.

Aqui os nossos resultados primário e nominal. Temos que fazer a seguinte ressalva: nós estamos num momento com cenários econômicos e fiscais muito instáveis, muito voláteis. Por exemplo, quando nós fizemos a LOA no ano passado para este ano – para termos um exemplo de como tem sido difícil essa previsão, esse planejamento -, tínhamos a previsão de crescimento de 3,5%. Hoje, como vimos nos *slides* anteriores, nós já estamos com uma previsão de mais de 5% de crescimento. Essa é a primeira coisa.

No ano passado, quando fizemos a LOA, imaginávamos que a pandemia já estaria em franca desaceleração em 2021; estávamos com queda significativa no número de internados, enfim, com o número de mortes, em setembro, já tínhamos um cenário bastante positivo com relação à pandemia. Infelizmente, não foi o que aconteceu. Nós tivemos um acirramento da pandemia no final do ano, chegando ao pior da crise no mês de março e abril, isso nos obrigou a ter despesas que não estavam previstas. Uma delas, por exemplo, foi o

pagamento do Auxílio Emergencial por mais três meses. Só este Auxílio tivemos um investimento da ordem de 400 e poucos milhões de reais. Todos os programas de assistência social e, especialmente, as questões da saúde que foram bastante agravadas.

Com isso, nós tivemos, inclusive, com a LDO uma mudança na nossa meta fiscal, porque estávamos imaginando um cenário negativo novamente; e, tivemos, novamente, uma redução, uma melhora do quadro da saúde, da pandemia, e uma recuperação que, a princípio, está mais forte do que tínhamos previsto. Então, temos um resultado nominal de 6 bilhões e 300 acima da linha, e o nosso resultado primário de 7 bilhões 450 reais.

Aqui, falando dos nossos limites, nós continuamos com bastante folga. A Prefeitura está com uma situação financeira do ponto de vista dos limites sobre a receita corrente líquida bastante folgada; do ponto de vista do pessoal, o limite dos Municípios de 60%, e nós estamos com 32,61%; nossas garantias de valores para operações de crédito também estão bastantes folgadas; temos bastante espaço para operações com investimentos; e a nossa dívida consolidada líquida que continua reduzindo. Tivemos um resultado bastante positivo. E o gráfico mostra a tendência de queda que já vem desde a renegociação da dívida na Gestão Haddad 2015-2016. Essa curva descendente continua, e estamos hoje, provavelmente, num patamar mais baixo da história recente da Prefeitura.

Então é isso, de forma bastante resumida, Sr. Presidente. São essas as informações que eu queria transmitir a V.Exas. e a todos que estão participando desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Cada vez melhor, Secretário. O senhor tem trazido bons frutos para essa Prefeitura.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Eu agradeço, Presidente. Fico feliz, a Prefeitura está numa situação sólida, somos um dos entes federativos com melhor *rating* do País, e isso não é mérito meu. Tenho que dizer que a equipe da Secretaria é muito boa, e as gestões anteriores, já de muitos anos, sempre tiveram preocupação com a responsabilidade fiscal e, obviamente, esse é o resultado desse trabalho. Fico feliz de participar deste momento,

mas tem mérito de muita gente, inclusive de pessoas que passaram pela Prefeitura nos últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Costumo dizer que a saúde financeira do Município vem bem há muitos anos, Secretário. Obrigado, Secretário.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Eu que agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Deixa eu perguntar: Vereadora Janaína Lima está presente, e Vereadores? A minha tela está cheia, e eu não uso o *chat*.

(NÃO IDENTIFICADO) – A Janaína está presente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Somente a Janaína? (Pausa) E não é somente Janaína, é bastante coisa você presente. (Risos) Bem-vinda, Vereadora.

Okay, Marcos Thulyo do Tribunal de Contas do município de São Paulo, suas observações.

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES – Muito obrigado, Presidente. Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar todos os Vereadores presentes, o Presidente, os colegas da Secretaria da Fazenda, e todos os munícipes que hoje nos acompanham nesta audiência da LRF sobre as metas fiscais do segundo quadrimestre de 2021.

Como bem colocou o Secretário, a recuperação econômica do Município em consequência da flexibilização das medidas restritivas de mobilidade, devido ao aumento da população vacinada, segue em ritmo forte principalmente a partir do mês de junho de 2021, com os seguintes destaques no quadrimestre: as Receitas Correntes, a arrecadação de impostos, taxas e contribuições, tiveram um acréscimo expressivo da ordem de 15% em relação ao mesmo período do ano passado, impulsionado pelo incremento das receitas do ISS e também do ITBI, que refletem o aquecimento não só da economia, mas também do mercado imobiliário, como já mencionado também pelo Secretário.

Do lado das receitas de capital, houve acréscimo de 1,16 bilhão em Outras Receitas de Capital notadamente por causa de um aumento nas receitas de depósitos judiciais do período. Com isso, do lado da arrecadação, a perspectiva para o terceiro quadrimestre de

2021 também é muito boa, é muito forte.

Do lado das despesas, de outro lado, observa-se um aumento neste quadrimestre em relação ao segundo quadrimestre de 2020, também e principalmente a partir de junho de 2021 em decorrência dos seguintes fatores: 1 – aumento de Outras Despesas Correntes em função de aumento de 740 milhões de reais em transferências às instituições privadas sem fins lucrativos, às OSs. Houve então aumento dessa despesa no Município; 2 – aumento dos juros e encargos da dívida e amortização, que voltaram a ser devidos a partir deste ano, como mencionou o Secretário.

Além disso, o recente aumento da taxa Selic, bem como dos índices de inflação, notadamente no IPCA, que é um indexador da dívida do município com a União, está também aumentando a despesa na conta de juros e encargos da dívida. Em contrapartida, nas Despesas de Capital, os investimentos apresentaram redução da ordem de 45% com relação ao mesmo período do ano passado, basicamente devido à redução de obras e de instalações.

Por fim, o último destaque é o saldo de caixa e equivalentes de caixa, que estava em 18 bilhões no final de 2020 e que agora, no final desse quadrimestre, em 31 de agosto, o saldo chegou a mais de 24 bilhões de reais, o que representa aproximadamente um aumento de 33% no período. Então a dívida que fica para o Secretário é como a Prefeitura pretende utilizar esses recursos excedentes em caixa.

Então são essas as considerações iniciais do Tribunal de Contas, Sr. Presidente.

Permanecemos à disposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Marcos Thulyo.

Vereadora Janaína, temos três inscrições. Prefere ouvi-los? (Pausa)

José Carlos Cardoso dos Santos está na sala, está ouvindo? (Pausa)

Vou seguir, depois chamo novamente, Mário.

Marcelo Arno Nerling, com a palavra.

O SR. MARCELO ARNO NERLING – Muito bem, lá vamos nós.

Inicialmente quero saudar o Exmo. Sr. Vereador Jair Tatto e, na sua pessoa, saudar

todos os demais vereadores, particularmente aqueles que honram a missão do Parlamento; saudar também os representantes do Executivo, do Tribunal de Contas e particularmente aqueles que acompanham esta audiência pública.

Primeiro quero destacar que o que estamos fazendo aqui, além da participação cidadã na audiência pública, é mostrar aos nossos alunos o caminho da participação e do fortalecimento da democracia. Estamos, neste momento, em uma disciplina de graduação. Essa disciplina se chama Cidade Constitucional, é uma disciplina de quatro créditos da Universidade de São Paulo, ligada ao curso de Gestão de Políticas Públicas, ligado a... (Falha na transmissão.)

Nós somos 50 alunos e estamos acompanhando há dois meses as reuniões da Comissão de Orçamento e Finanças, e ela é parte da nossa aula. Ou seja, nós trabalhamos a metade; são quatro créditos, então as primeiras duas horas nós dedicamos à orientação técnica, teórico e à análise da pauta da Comissão, para no segundo momento assistirmos à reunião da Comissão. À medida que nós assistimos à reunião da Comissão, nós podemos, ao final, fazer alguma síntese.

Gostaria de pedir a atenção dessa distinguida Comissão para este fato: trata-se de inovação no ensino superior, metodologias atípicas, e V.Exas. passaram a ser, para nós, os nossos professores. Portanto, as nossas ações ou as nossas omissões são, para nós, conteúdos pedagógicos e nós conseguimos, então, dar um grande impulso no sentido de aproximar os estudantes do Parlamento, fortalecendo assim a democracia, principalmente a democracia que diz respeito à Casa do Povo.

Por isso que destacamos essa disciplina como preliminar e que nos apoie para a continuidade desse projeto, porque hoje somos 50, mas temos plena capacidade de ofertar essa disciplina para alunos especiais, para além da USP, e chegarmos à capacidade de tranquilamente termos 500 alunos acompanhando a reunião da Comissão e participando efetivamente dos debates, do processo legislativo, no sentido de qualificá-lo cada vez mais, para que ele entregue mais e melhores resultados para nossa sociedade.

Então há um... (Falha na transmissão.) ...inovador e, na medida em que haja interesse de abertura, Exmo. Vereador Jair Tatto, nós gostaríamos de estender e aprofundar essa possibilidade de aproximação entre a Universidade e o Poder Público.

Muito bem. Passada essa primeira questão, eu não vou aprofundar concretamente no mérito dos dados trazidos pelo Exmo. Sr. Secretário, destacado também o representante do Tribunal de Contas.

Só em grandes linhas eu chamo a atenção e realmente (Falha na transmissão.), porque eu venho acompanhando isso, a chamada receita extraordinária que vem se formando, não só a Prefeitura de São Paulo, mas a maioria dos Executivos do País tem apresentado (Falha na transmissão.) um superávit, que aí vem com a pergunta dirigida ao representante do TCM (Falha na transmissão.) pretende o Executivo distribuir esse resultado, que ele não está contido em LDO, ele (Falha na transmissão.) na LDO, portanto gera aí uma receita extraordinária, um superávit entre seis e sete bilhões de reais. É realmente bastante recurso.

Chama a minha atenção também esse fato da recuperação econômica e um indicador de crescimento de 11,5% da nossa receita, um dado muito expressivo. E também chama atenção o fato do ITBI. Temos um implemento de receita por conta do ITBI. Obviamente, isso é resultado de uma concentração de renda.

Eu estudava um dia a posição da riqueza na Alemanha. Os alemães não eternizam, por exemplo, as compras de imóveis internas no país como riqueza, realmente isso é sinônimo de criar ricos e não riqueza. Como dizia o velho (Falha na transmissão.) na sua época, num grande momento de crise o dinheiro volta para os seus verdadeiros donos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por favor.

O SR. MARCELO ARNO NERLING - Esse indicador... Me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu pedi se pudesse concluir, por gentileza.

O SR. MARCELO ARNO NERLING - Sim. Então nós vamos, no mérito, chamando a atenção para essa questão da atividade imobiliária, como uma promotora de ricos e não de riqueza, que deveria nos levar todos à preocupação.

Mas no mérito, agora chamar a atenção que, no ano que vem, nós comemoraremos os 100 anos do Modernismo Paulista. Nós temos aí essa data muito importante. Nós queríamos pedir a V.Exas., de forma muito humilde, e de forma que, de fato, nós não vermos a condição de... (Falha na transmissão.) ...sermos demais inteligentes do País, como dizem os indicadores, que nós modernizássemos o nosso processo legislativo. Em especial, o nosso processo legislativo de tomada de contas, para ajustar uma cidade humana, inteligente e sustentável.

Vejam que nós estamos aqui por força do artigo 38, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que fala dos documentos de transparência de gestão fiscal, dentre eles o próprio relatório resumido de execução orçamentária,... (Falha na transmissão.) ...transparência.

No parágrafo... (Falha na transmissão.) ...tem um incentivo à participação popular, é o que nós estamos fazendo aqui.

Então eu queria chamar atenção primeiro para 48, parágrafo único, quando ele fala artigo 48, parágrafo único, inciso II, da lei de Responsabilidade Fiscal, ela vai falar de acompanhamento em tempo real. E veja que esta apresentação que o Secretário fez, sobre a qual nós devemos nos pronunciar hoje, ela não tem uma transparência... (Falha na transmissão.) ...não é pública.

Ele apresenta na transparência, mas esse dado não chegou com antecedência, portanto não tenho no meu diagnóstico um preparo em tempo real, como a lei determina, tem um problema aqui para me manifestar sobre o mérito da proposta.

O inciso III, do 48, parágrafo 1º, fala de um sistema integrado de administração financeira e de controle. De novo, aqui nós não dispomos disso.

O 48, parágrafo 6º, vai falar do sistema único de execução orçamentária e de receita, que devem ser mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, mas a manutenção...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua.

O SR. MARCELO ARNO NERLING - Sim, Excelência, só para que eu possa concluir esse raciocínio, senão eu fico no meio. Mas me dê, por favor, alguns momentos e eu

concluirei.

Então nós temos o parágrafo 6º, do 48, a determinação de um sistema único de execução orçamentária e financeira, que deveria ser, na forma do artigo 49, pelo Legislativo. Porque é a partir do artigo 74 a função coletiva vai fazer o controle externo dos demais Poderes. No que tange à economia administrativa e financeira.

Então eu tenho um *gap* aqui de cumprimento de legislação que nos faz pedir, por favor, ao Legislativo que ele se modernize e modernize o processo legislativo à luz, em particular, do artigo 59, que fala das normas de padronização metodológicas. Principalmente, a criação do conselho de gestão fiscal. É outro *gap* que nós temos. Nós não temos um conselho de gestão fiscal, como determina o artigo 67, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então nós precisamos avançar no sentido de inovação, com o processo legislativo orçamentário, principalmente para aquele também atento ao artigo 20, da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, quando ela fala que a função de controle deve ser precedida de um rito. Eu não vejo esse rito, porque quando eu acompanho uma reunião da Comissão vou lá ver o processo legislativo de controle, eu vejo as dos... (Falha na transmissão.) ...perfis dessa condição, e aí vou pareceres dos relatores, eu tenho dois meses e observo que os pareceres eles são, normalmente, vêm com a mesma redação, ele vai dizer: “Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, nos termos do substitutivo do projeto, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.”

Aqui está o problema. Por quê? Porque eu deveria ter um parecer da Comissão de Orçamento e Finanças, dizendo: “Bom, esta matéria vai gerar um impacto de ‘x’ mil reais por ano. Ao longo de dois ou três anos, ela vai gerar ‘y’ mil reais. Ela se vincula a ‘x’ programa, a ‘x’ projeto, vinculado à Lei de Diretrizes Orçamentárias.” É isso o que nós, como cidadãos, em uma cidade inteligente, esperamos da Comissão. Vejam que 100% dos projetos aprovados na Comissão não contemplam o PPA, a LDO e a LOA.

Isto posto, para concluir, a recomendação seria um projeto de resolução que

redesenhe o processo de negócios a partir daquilo que o *site* da Transparência Ativa da Câmara chama de “composição do processo”, que é exatamente essa técnica legislativa. Então, há o redesenho do processo legislativo e a retomada de contas por esta Comissão.

Em segundo lugar, seria uma proposição que criasse um conselho de gestão fiscal e que talvez esse conselho de gestão fiscal seguisse nos moldes dos artigos 54 e 55 da Lei Orgânica do Município, que foi recentemente contemplada com aquela Ação Direta de Inconstitucionalidade que julgou o conselho de representantes constitucional. Então, que nós pegássemos esse conselho de representantes e mesmo... (Falha na transmissão) ...esse conselho fiscal nos mesmos moldes.

Por fim, então, repensemos a forma de audiência pública, no sentido de que nós incrementemos o momento de fala da cidadania, porque audiência pública é um instrumento de aproximação entre o cidadão e a Administração Pública. É importante que as autoridades compreendam que este é o momento de oitiva das autoridades. É o momento de o povo falar. Uma audiência é exatamente para que o povo possa falar e, como eu disse hoje, do ponto de vista meritório, eu não tenho muito a dizer, porque, em um caso concreto, eu não tenho acesso à informação com antecedência e, portanto, o que eu falo, do ponto de vista do mérito, são a oitiva do Secretário, agora, e a oitiva da última reunião da Comissão, em que os técnicos internos nos deram um pouco da luz de como isso se anuncia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Vamos seguir. Teremos audiências públicas à vontade, presenciais, se Deus quiser. Sr. Marcelo, fique tranquilo. É que está picotando, mas compreendemos, sim. Esse é o grande desafio. Permite-me passar para o próximo?

O SR. MARCELO ARNO NERLING – É claro, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Sr. Marcelo. Acho que o Secretário conseguiu ouvir bem, porque o som do Sr. Marcelo me chegava meio picotado – e o do Sr. Thulyo, também.

O Sr. Rapper Pirata é o próximo inscrito.

O SR. ISAC FELIX – Isac Felix está presente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Registre-se a presença do nobre Vereador Isac Felix, Relator.

Tem a palavra, Sr. Rapper Pirata.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS – Bom dia. Em nome do Vereador Jair Tatto, eu cumprimento todos os Legisladores. Em nome dos funcionários da Câmara, eu cumprimento todos os servidores públicos da Prefeitura. Contra o genocida, em nome da juventude preta, pobre e periférica, eu cumprimento todos os cidadãos da cidade de São Paulo.

Há um dito da área da economia, que é: se a economia vai bem e a população vai mal, temos problema. Então, nós estamos falando de 23 bilhões em caixa, um bom dinheiro, e queremos reforçar: até agora, a área da cultura... Nós estamos falando do PL 343, que é uma situação para criar... Porque há muito dano na área da cultura e ela não teve essa ação... Temos algumas ações. As pessoas falam: “Vou fazer isso, mas não é um planejamento sério, voltado para a área da cultura.” Então, reforçamos que tem de haver um investimento do PL 343.

Outra coisa que temos percebido é que os dados não são tão claros quanto precisamos, porque vemos a cidade com bastante dinheiro. Porém, vamos lá e falamos: “Vamos ver quais são os dados.” Aí, falou que é fora da assistência social. Não aparecem os dados. Não vamos nos esquecer de que, nesta cidade de São Paulo, na semana passada, um senhor chamado Sr. Robson se acorrentou em frente à Câmara Municipal, justamente porque o dinheiro da assistência social para a população em situação de rua não está chegando, porque os caras querem parar de fazer as marmitas.

Assim, é só dar um rolé na Praça da Sé. É só dar um rolé na cidade. Virou uma cidade apagada, escura. Então, temos muito dinheiro em caixa, mas não estamos investindo na população. Não se está investindo na cidade. Eu acho que alguém está recebendo dinheiro, aí, e eu não sei por onde. Tenho certeza de que um bilhão de reais em cada área resolveria muita coisa, porque, com 300 milhões, é ajustada uma cidade.

Então, precisamos falar disso, porque eu acho, e quero parabenizar o Secretário, pelo menos esse Secretário conseguiu falar: “olha tem dinheiro em caixa” e ele fez o discurso, até o final, do dinheiro em caixa. Porque o restante falava: “tem dinheiro em caixa, mas faltando dinheiro para isso, aquilo”.

Estamos na cidade São Paulo onde desde 2010 não há contratação de funcionário público para a área da Cultura. Temos problemas de funcionário público. É uma cidade que não tem servidores públicos. Alguém está recebendo e não é a população. A população não pode estar mentindo para si, porque a inflação é real. É só ir ao mercado, e a geração de trabalho... Precisamos mudar alguma coisa na cidade, e dá para fazer isso porque tem bastante dinheiro. Agora, precisa investir nos cofres certos, porque se investir nos cofres dos ricos, aí está suave, os ricos continuam ricos. O bem público é um bem privado. Só que bem público não é bem privado, porque aquela pessoa que está usando *crack*, quando ela usa *crack*, usa isqueiro, ela paga imposto através daquele isqueiro. Não esquecemos disso.

Então só quero solicitar que esse investimento vá para a cidade. Outra, temos só três meses. Vai ter mais dinheiro em caixa. Não dá tempo de gastar tanto dinheiro em três meses. Estamos errando a forma política da cidade São Paulo e a população precisa participar desse debate.

Encerro reforçando que o Legislativo é único lugar na cidade de São Paulo, desde 2017, um lugar democrático. Porque o Executivo não anda dialogando com a sociedade. Eles nem respondem os protocolos. Dá um protocolo, eles têm 15 dias para responder, eles nem respondem protocolo. Daí podem ver como a política está meio zoada e não estão cumprindo as leis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado ao Rapper Pirata. José Carlos Cardoso dos Santos. Entrou na sala? (Pausa) Acho que não conseguiu conexão.

Consta que estão presentes os Vereadores Janaína e Isac Felix.

Com a palavra a Vereadora Janaína Lima.

A SRA. JANAÍNA LIMA - Primeiro gostaria de agradecer a presença do nosso Secretário da Fazenda, que mais uma vez vem a nossa Comissão fazer essa exposição e ter esse diálogo franco com a Casa... (Falha na transmissão.) ...nós ouvimos a população, a visão dela, que é muito importante para nós conseguirmos debater sugestões, também trazer questionamentos que possam refletir uma possível melhora no desempenho na Prefeitura. Acredito que só com esse contato com a população podemos sair maiores em todo esse processo.

Para facilitarmos o entendimento do munícipe que está nos acompanhando nesta audiência, separei aqui alguns questionamentos, após ouvir a fala do Secretário e dos munícipes. Sobre as receitas, vi que o ISS teve um bom desempenho e o que ficou, qual foi o setor de serviços que mais contribuiu para a arrecadação?

E falando de ISS, gostaria de trazer, até aproveitando este momento com o Secretário... (Falha na transmissão.) ...Teve uma decisão do Supremo a respeito das franquias. E há uma promessa disso ter um impacto orçamentário na cidade muito grande. Tendo em vista que muitas franquias estão quebrando por conta das multas que vêm sofrendo desde a decisão do Supremo. Então além de saber qual é o setor que mais arrecadou, gostaria de entender qual a estratégia para não ter uma queda de arrecadação também desse importante setor, que é setor das franquias.

Outra questão é a cota parte do IPVA. A arrecadação até agosto deste ano, que podemos observar, foi a mais alta dos últimos cinco anos. Gostaria que o nosso Secretário trouxesse para nós como está a projeção para esse último quadrimestre e como está sendo o acompanhamento da Fazenda para isso. Essa é a parte das receitas.

No tocante às despesas, observamos que saúde, educação, transporte e assistência foram os setores, as Secretarias que mais demandaram Orçamento. Obviamente, as questões envolvendo a pandemia repercutem nisso. Sendo assim, eu gostaria de saber se dentro do planejamento da Fazenda há uma expectativa de muito mais recursos para essas despesas e se também há algum outro gasto social que demandará mais Orçamento até o fim

do ano, para que consigamos fazer um acompanhamento mais preciso.

Num segundo item relacionado às despesas, observamos que grande parte do montante dos créditos adicionais foi realizada com base no superávit financeiro. Então, eu gostaria que o senhor explicasse melhor para nós como se deu a utilização desse superávit.

Como último ponto, se os gastos de investimento, com base nesses recursos vinculados, serão intensificados, já que esses recursos constam em caixa. Por exemplo, o Fundurb, as operações urbanas e outras operações urbanas que esta Casa votará.

Seria importante a explicação desses três pontos que eu trouxe no tocante à receita e os três referentes às despesas. Já agradeço muito a presença do Secretário e sua disponibilidade para o debate e todas as considerações que trouxe para nós. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem, Vereadora Janaína. O Vereador Isac Felix gostaria de usar a palavra? (Pausa) Parece que hoje a conexão está ruim. (Pausa) Vamos então para as considerações. Secretário, o senhor conseguiu ouvir atentamente as perguntas?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Perfeitamente, Presidente. Muito obrigado. Aproveito para fazer um cumprimento especial para a Vereadora Janaína, para o Vereador Isac Felix, que estão presentes na audiência, e dizer que é sempre um prazer trazer as informações da Secretaria e da gestão financeira da cidade de São Paulo.

Eu queria começar pela questão do Prof. Marcelo. Eu o cumprimento pela iniciativa de trazer os alunos para esse tipo de experiência, que é muito interessante. A primeira coisa que quero dizer é que toda a execução financeira da Prefeitura de São Paulo está absolutamente transparente, professor. Está tudo disponível no nosso *site*. Obviamente, esse que estou apresentando hoje é apenas um relatório, uma consolidação, a apresentação resumidíssima e consolidada dos dados fiscais da Prefeitura. Até porque seria cansativo e pouco produtivo ficarmos aqui trazendo detalhamentos de todas as espécies. Mas quero dizer que, em primeiro lugar, está tudo disponível, sempre este disponível no nosso Portal da

Transparência, o senhor pode ver tudo. A própria apresentação fica disponível também no nosso *site*. Assim que terminarmos aqui, logo em seguida à audiência pública a apresentação fica disponível. É claro que temos que preparar esse material, fechar todos os balanços, todas as informações e preparar essa informação. Então, não conseguimos ter aqui a antecedência que gostaríamos de ter. Mas está tudo e sempre esteve tudo lá absolutamente à disposição, inclusive as apresentações de todos os quadrimestres, professor.

Aproveitando a fala do professor, quero comentar a colocação do Dr. Marcos Thulyo, do Tribunal de Contas do Município, sob o ponto de vista de como a Prefeitura planeja investir os recursos. Isso também foi de certa forma abordado pelo Rapper Pirata. A primeira coisa que eu gostaria de ressaltar é que o fato de a Prefeitura ter tido superávits relevantes tanto no ano passado como durante este ano deve-se a um fato, ou melhor, a algumas circunstâncias peculiares que não podem ser desconsideradas. Tivemos uma pandemia que desorganizou totalmente as finanças, desorganizou totalmente a atividade da Prefeitura.

Tínhamos um cenário de imprevisibilidade, tanto do ponto de vista do crescimento econômico, da arrecadação, enfim, o panorama no início da pandemia era péssimo. No fim, as coisas acabaram não sendo tão ruins do ponto de vista da atividade econômica, até porque a Cidade foi devagar, com bastante cuidado, foi conseguindo voltar ao ritmo, não diria normal, mas, quase normal.

Então eu diria assim: primeiro, um cenário de imprevisibilidade, um cenário de incertezas muito grande; segundo, recebemos recursos que não estavam previstos de diversas ordens, especialmente do Governo Federal com relação ao combate à pandemia, enfim, a Lei 173, tivemos recursos destinados diretamente para Saúde, e tudo isso acabou trazendo, obviamente, um resultado que não era esperado.

Mais do que isso, e aí eu entro no ano de 2021, é o primeiro ano da Gestão, é o ano em que se faz o PPA, e é o ano em que se faz o Plano de Metas. Então, desde o início do ano, a Prefeitura estava trabalhando com a sociedade civil para realizar o Plano de Metas e é nele que temos o direcionamento de quais serão as políticas públicas e os investimentos da

Gestão.

No primeiro semestre há, de fato, uma certa desaceleração dos investimentos, porque é, nesse momento, que a Prefeitura está dizendo: "Olha, nós vamos fazer isso, isso e isso", então, obviamente, e aí já respondendo a questão, nós imaginamos que esse cenário de incertezas tende a diminuir, nós imaginamos que, a partir do ano que vem, começemos a ter alguma normalidade do ponto de vista econômico, social, enfim, dessa pandemia.

E, mais do que isso, começa o momento de aceleração dos investimentos, para quê? Para alcançar o Plano de Metas. O Plano de Metas é muito audacioso do ponto de vista de investimento, são 20 bilhões de investimentos que serão feitos na Cidade até o final da Gestão. E esses recursos que estão aí agora serão usados nesse Plano de Metas e nesses investimentos que estão lá, priorizados e alinhados, obviamente, com o Plano de Governo e com as demandas que a sociedade civil apresentou.

E também não podemos esquecer que estamos num ambiente de absoluta anormalidade do ponto de vista de previsões econômicas, de previsões de arrecadação e, assim, por diante.

Então é isso: não só planejamento, mas temos a convicção de que esses recursos a partir, agora, do final do ano e, especialmente, a partir do ano que vem, os investimentos serão acelerados, intensificados, para que cheguemos ao final da Gestão com o Plano de Metas, especialmente do ponto de vista de investimentos na Cidade, concluído. E, para isso, esse recurso será essencial.

Acho que era essa a colocação inicial do Dr. Thulyo e aí já respondendo ao Professor Marcelo e ao Rapper Pirata.

Do ponto de vista ainda das colocações do Rapper Pirata, o detalhamento, como ele disse sobre um maior detalhamento das despesas, devo dizer que as despesas estão bastante detalhadas no site, a gente entendeu, e entende, que nessa audiência pública não é o momento de se fazer grandes detalhamentos de despesas, porque ficaria cansativo e pouco produtivo. De qualquer forma, está à disposição não só a apresentação, como eu disse, mas

todos os dados de Gestão Fiscal da Prefeitura estão ordenados no nosso portal e sempre tentamos que eles sejam sempre os mais amigáveis possível, o mais fácil de acesso e de consulta possível, mas, obviamente, estamos à disposição para sugestões.

Com relação à Assistência Social, a Prefeitura tem feito um investimento brutal, nunca as despesas com assistência social e direitos humanos foram tão relevantes, nunca na história e isso se deve à questão do próprio auxílio que foi dado no final do ano passado e no início deste ano. O fornecimento das marmitas, o Rapper Pirata lembrou do episódio, enfim, houve, de fato, uma reavaliação, não era um problema financeiro, nem muito menos de 'vamos reduzir e acabou' e, inclusive, reconheceram que a avaliação tinha de ser refeita, tanto que hoje, estamos mantendo e continuando o fornecimento de marmitas na Cidade nos mesmos níveis que tínhamos antes.

Quanto à questão da Cultura, nós estamos prevendo um orçamento maior, relevantemente maior para o ano que vem. O orçamento da Cultura vem crescendo e, enfim, eu acho que há uma boa e possível interlocução, Rapper Pirata, com a Secretária de Cultura, que é uma pessoa da periferia. Enfim, eu tenho certeza de que vocês poderão ter alinhamentos com relação a isso. Da nossa parte, o que nós fazemos é tentar, dentro dos limites orçamentários – já que os recursos são finitos – disponibilizar recursos suficientes para fazermos as políticas públicas da cidade de São Paulo. Acho que o orçamento de 2022, que vai para a Câmara Municipal até amanhã, será bastante positivo, bastante promissor, e esta Casa vai poder fazer ajustes e proposições interessantes para a cidade de São Paulo.

Com relação às observações da Vereadora Janaína, primeiramente sobre o ISS, sobre quais seriam os setores, a resposta é que alguns setores tiveram crescimento grande, como, por exemplo, o de tecnologia, o de construção civil, o de intermediação, o de consultoria. Seriam eles, portanto, os principais vetores desse crescimento de arrecadação.

Com relação às franquias, na verdade, a decisão recente é no sentido de que as empresas franqueadoras estão sujeitas ao ISS. Elas não pagavam ISS, e algumas delas, muito poucas, até reconheciam isso, mas agora vão pagar. Nós estamos agora no meio de um PPI, e

as empresas que tiverem interesse poderão fazer a adesão para ter grandes descontos em multas e juros para acertar eventuais passivos.

Com relação à alíquota, nós estamos estudando o que fazer. Temos conversado com o setor e eu acho que teremos uma boa solução, uma que seja de interesse mútuo, tanto da Prefeitura como dessas empresas, que são empregadoras e geram muitos empregos e renda para a cidade de São Paulo.

Com relação ao IPVA, ele, de fato, teve um crescimento. O valor do carro novo aumentou demais, e o usado, embora tenha aumentado de valor, a base que foi usada para fazer o lançamento no ano passado não teve aumento. Mas os carros novos tiveram muito aumento. Então, houve um efeito inflação. Essa é a primeira coisa. A segunda é que o mercado está retomando e, a terceira, que eu já tinha dito no início, é que houve uma redução das isenções para os veículos para portadores de deficiências, chamados veículos PCD, que obviamente também trouxe um incremento à arrecadação. Eu tenho a impressão, portanto, de que é este o cenário do IPVA: nós ainda estamos com uma projeção positiva para essa arrecadação até o final do ano e imaginamos que o mercado vá continuar aquecido e, com os preços altos dos automóveis, essa arrecadação vai continuar alta.

Para o ano que vem, porque os veículos usados tiveram um aumento impressionante, a tabela que é base para a incidência do IPVA também vai aumentar e provavelmente nós vamos ter uma boa arrecadação. Pelo menos essa é a nossa expectativa.

Sobre as despesas de saúde, transporte e assistência, pergunta também feita pela Vereadora, de fato, essas são as maiores despesas; não em termos de montante, já que as da Educação também são muito grandes, mas, do ponto de vista de aumento de despesas, essas são as maiores, obviamente explicadas pela própria pandemia. A Saúde teve um gasto extraordinário nesse período; mesmo as campanhas de vacinação também custam bastante dinheiro. Embora a vacina venha do Governo Federal, há toda uma logística complicada e cara, além dos leitos. Agora inclusive nós estamos recuperando o atrasado, por conta da pandemia, com outras cirurgias eletivas. Por isso, as despesas da Saúde estão altas e

provavelmente continuarão bastante altas por um bom período.

Sobre a questão do transporte, Vereadora, nós tivemos uma queda muito grande das receitas, porque nós tivemos que manter um nível de serviço bastante alto, muito acima da demanda normal. Desculpe, o serviço atendeu uma demanda abaixo do normal, ou seja, para atendermos a mesma demanda hoje, nós precisaríamos, em tese, menos ônibus. Mas, para evitar filas, para evitar aglomerações, nós mantivemos uma quantidade bastante alta de ônibus nas ruas, ou seja, o nosso custo de operação continua muito alto e a receita com o sistema, ou seja, a receita da arrecadação ficou muito baixa, ficou em determinados períodos abaixo da metade. Hoje, mesmo com a recuperação econômica, a gente está em torno de 65% do que seria a receita normal.

Obviamente, essa conta não fecha. Se a gente mantém o sistema funcionando praticamente 100% e a gente tem uma receita menor da arrecadação, tem um buraco aí que é o subsídio que a Prefeitura paga. Estamos tentando controlar isso da forma mais rigorosa possível, mas a Cidade para ter um serviço com maior qualidade, enfim, acaba incorrendo nesses custos.

Com relação a assistência, já sabemos, tem um trabalho muito forte de assistência social não só com fornecimento de alimentação, cesta básica, marmitas, apoio as populações mais vulneráveis, em situação de rua. Tivemos o auxílio emergencial de três meses durante o início deste ano que também acabou trazendo um gasto não previsto bastante alto.

A nossa projeção é que, obviamente, no médio prazo, a gente consiga voltar a situações normais, regulares da cidade de São Paulo. Mas isso não vai acontecer de uma hora para outra.

Com relação ao superávit, a gente imagina usar isso mais uma vez com os investimentos que vão se acelerar a partir deste final de ano, início do ano que vem. Obviamente, quando a gente faz as suplementações que são necessárias, utilizamos o superávit como uma das fontes. Só posso suplementar uma despesa de uma determinada dotação utilizando alguma origem - ou tiro de algum lugar ou tiro do superávit. São algumas

possibilidades. Temos usado o superávit para fazer suplementações.

Com relação aos investimentos - Fundurb, operações urbanas -, mais uma vez, esperamos acelerar isso. Estamos fazendo um trabalho, inclusive, recentemente, reunião com as pastas envolvidas para ver se a gente consegue otimizar a utilização desses recursos. Enfim, fazendo com que esses Fundos tenham uma capacidade de execução de investimento maior do que normalmente tem.

Sr. Presidente, basicamente, eram esses esclarecimentos que me foram passados. Mais uma vez quero agradecer muito a oportunidade e continuo à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Deixe-me perguntar, Thulyo, tenho oito minutos para fazer a reunião da Comissão de Finanças. Quer fazer alguma consideração?

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES – Não, Sr. Presidente. Acho que é isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sr. Secretário, amanhã chega a LOA?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Com certeza, Sr. Presidente. Já tínhamos encaminhado a LOA à Casa Civil e, enfim, a Casa Civil deve fazer o encaminhamento ou hoje ou amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não consegui ouvir direito. Peço desculpas ter interrompido o Sr. Marcelo.

Vamos fazer um esforço para fazer presencialmente as audiências. Considero que chegue amanhã. Temos um feriado, então, vamos descontar que até o dia 12, análise, estudo. Não sei se conseguiremos fazer pelo tempo as audiências regionais. O Rapper acompanha sistematicamente.

Dr. Marcelo, obviamente, teremos as audiências temáticas das Secretarias. Tomará que até lá possamos fazer presencialmente, ou seja, vamos trabalhar com a hipótese de novembro até final de dezembro. É a última matéria a ser votada. Vai encavalhar com o PPA desta vez, então, teremos de designar dois relatores ou relatoras, um para PPA e outro para a LOA.

Agradeço, Sr. Secretário.

(NÃO IDENTIFICADO) – Para a Cultura, reserve duas audiências.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A Cultura não tem jeito. Já vejo que vamos ter de ter duas ou mais.

Quero reafirmar as palavras do Rapper Pirata. É a primeira vez que um Secretário fala que estamos com uma saúde financeira razoável no Município. Geralmente, são todos cuidadosos nesse aspecto.

Sr. Secretário, muito obrigado, mais uma vez. Vou encerrar porque vou começar outra.

Thulyo, muito obrigado. E os que estiveram conosco: Vereadora Janaína, Vereador Isac Felix. Até a próxima oportunidade. Muito obrigado e até mais.
